

DISCURSO EM HOMENAGEM AO MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO*

Eliana Calmon

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Thomas Friedman, jornalista do *New York Times*, lançou, no ano passado, um livro intitulado “O mundo plano, uma breve história do século XXI”. O mais interessante da publicação é a comparação feita pelo autor, entre o mundo redondo, fracionado em diferentes povos e culturas, e o mundo plano, surgido em processo sinérgico, fruto de três convergências: um campo de jogo global mediado pela *web* – possibilitando compartilhamento de conhecimento e trabalho, independentemente de tempo real, geografia, distância ou, em um futuro próximo, até mesmo de idiomas; a incorporação de novas tecnologias e novas maneiras de atuar –, vetor de importância fundamental para a atividade educacional; e a incorporação de grandes contingentes populacionais, anteriormente fora do jogo, envolvendo quase três bilhões de pessoas, oriundas da China, Índia, Rússia e América Latina.

Para o autor, o mundo plano representa a integração definitiva das sociedades existentes no planeta, em escala que obscurece os processos anteriores de integração, tal como a Era dos Descobrimentos do século XVI, com as grandes navegações, e a Revolução Industrial do século XVIII.

Lembrei-me do mundo plano deste início de século no momento em que o Brasil assume, com grande atraso, a tarefa de sistematizar a formação da magistratura nacional.

Ao empossarmos a primeira diretoria da Escola Nacional de Formação e

* Discurso proferido na solenidade de inauguração da Enfam, realizado no Plenário do STJ, no dia doze de abril de dois mil e sete.

Aperfeiçoamento de Magistrados, quebramos o paradigma de um mundo redondo, em que o Judiciário se mantinha acadêmico e hermético, depois de recrutar seus magistrados entre os que mais bem demonstrassem conhecimento e informações técnicas. Daí para frente, no curso da longa carreira, poucas cobranças e quase nenhuma formação e atualização do conhecimento.

Seguia a magistratura o modelo de educação profissionalizante, herdada do século XIX; a formação vinha da universidade, e o profissional de nível superior, professor, bacharel em direito, médico, engenheiro ou técnico, após se graduar, partia para o mercado de trabalho. E, com um mínimo de atualização, curiosidade e determinação, permanecia no mercado nos trinta ou quarenta anos seguintes.

Essa realidade não é mais condizente com o mundo plano. A acelerada mudança social exige educação voltada para as necessidades mercadológicas, apurada qualificação, multiplicação de informações e aquisição de conhecimento científico e tecnológico no menor tempo possível.

Dizem alguns: o mundo plano da internet faz-nos perder sabedoria, mas é inegável: propicia-nos ganho de conhecimento, apresentando-se como desafio caracterizador destes novos tempos o uso eficiente de tantas informações disponíveis.

Nesse novo contexto, não é mais possível negar: a magistratura brasileira – assim como o Poder Judiciário das nações civilizadas do mundo ocidental – exerce um poder político e exige, por essa razão, a formação adequada de seus agentes, um dos vetores do equilíbrio democrático.

Estes são, sem dúvida, os pontos luminosos da Enfam: propiciar a sistematização da formação dos magistrados como agentes políticos e uniformizar a transmissão de conhecimento onde importa na correta utilização de conceitos e métodos, levando os estudantes a pensarem criticamente, construindo suas referências.

É interessante observar: os atores sociais vão conduzindo o processo de transformação com maior ou menor intensidade, destacando-se alguns poucos que, com visão privilegiada de futuro, pensam em dimensão bem além do seu tempo.

A Enfam, prevista na Emenda Constitucional nº 45/2004, hoje se instalando, é fruto de trabalho institucional iniciado na década de setenta; ninguém do Judiciário brasileiro ignora quem primeiro pensou e partiu para a execução de um projeto, misto de sonho e de aventura: o jovem juiz mineiro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Em 1976, inicia a caminhada em direção à Enfam, ao escrever para a Revista Ajuris sobre “A Formação e o Aperfeiçoamento dos Magistrados”. Com os olhos voltados para a Europa, buscou as recomendações do “Primeiro Congresso Internacional de Magistrados”, realizado em Roma, em 1958.

Encantou-se com uma das recomendações do conclave: a criação de centros de preparação de juízes e de desenvolvimento de pesquisa.

Pesquisou, em Portugal e na Alemanha Ocidental, as novidades sobre o Poder Judiciário, surgindo daí dois excelentes artigos: “Organização Judiciária Portuguesa”, em 1973, e “A Reforma do Judiciário na Alemanha Ocidental”. Ao mesmo tempo, pesquisou em todo o mundo sobre as formas de ingresso de juízes na magistratura, preparação inicial e continuada, escrevendo sobre os sistemas de recrutamento na Alemanha Ocidental, Inglaterra, Portugal, França e Espanha.

O mundo de Sálvio de Figueiredo já era plano desde a década de setenta, quando anteviu, o jovem juiz, já professor de Processo Civil da Universidade Federal de Minas Gerais, a necessidade de compartilhamento do conhecimento e do trabalho.

A característica maior do trabalho do Juiz Sálvio foi a praticidade. Ao tempo em que voava alto, buscando no exterior as mais avançadas idéias de aperfeiçoamento da magistratura no Brasil, comandava iniciativas eminentemente práticas e efetivas. Foi assim, encampando os subsídios oferecidos por um grupo de juízes de primeiro grau, reunindo dados e diagnóstico e os enviando à Presidência da República como colaboração à Reforma do Judiciário, à época, apenas uma idéia.

Em Minas Gerais, aliou-se ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Edésio Fernandes, e idealizou um curso intensivo de preparação dos novos juízes, inclusive com conteúdo programático de ordem prática e ética.

No Rio Grande do Sul, buscou informações do projeto pioneiro representado pelo “Centro de Estudos de Preparação à Judicatura”, de frequência obrigatória para os magistrados no estágio probatório.

Viajou com frequência para a Europa, Japão e Estados Unidos, buscando a experiência desses países. Fixou-se, principalmente, nos modelos francês, espanhol e português, por serem mais próximos da realidade brasileira.

Escreveu, incessantemente, sobre escolas de magistratura e formação de magistrados, destacando-se a publicação intitulada “A Escola Judicial”, em que atualiza as descrições sobre as escolas visitadas, comparando-as com a experiência brasileira. Nessa publicação, deixa registrado o seguinte:

“(…) alguns pontos já vão se assentando, ganhando força e coesão, inclusive com a proposta de criação de uma escola efetivamente de âmbito nacional, com uma postura institucional, a independer de eventuais ocupantes dos postos de direção do Poder Judiciário, com funcionamento permanente e programas preestabelecidos, dotada de

professores recrutados entre doutrinadores e magistrados de escola, que se prestaria a orientar e municiar as demais escolas, além de voltar-se para os grandes temas, sejam eles de teoria geral ou filosofia do direito, sejam os de momentânea repercussão na vida nacional.”

Efetivamente, àquela época, o mundo do já Ministro Sálvio de Figueiredo era plano, sem fronteiras, sem limites, sem barreiras, pois vivenciava um mundo novo. Daí a seguinte afirmação, constante do livro “O juiz – seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo”:

“Não mais se pode contentar com a aferição do conhecimento dos candidatos através do concurso de provas e títulos e das condições pessoais dos mesmos, mediante simples informação, nem sempre prestadas com todo o rigor. Convenhamos que tal sistema é acientífico, primário e de pouca eficiência, há muito superado nos países mais desenvolvidos.”

O Ministro Sálvio de Figueiredo, movido a sonhos e convicto de ser possível mudar o imutável, foi protagonista de um feito inédito: criar e dirigir uma escola sem sede, sem papel e sem registro. Assim nasceu a Escola Nacional da Magistratura, entidade inteiramente ideal, aos poucos assumindo identidade e densidade perante a comunidade judiciária e a sociedade brasileira.

Como isso foi possível? Não sei dizer. Apenas posso afirmar, como testemunha histórica: essa escola existiu, floresceu, realizou eventos, congressos, convênios no Brasil e no estrangeiro, e propiciou cursos de especialização e de extensão a centenas de magistrados, tornando-se referência como instituição séria, eficiente e promissora.

Abrigando-se na estrutura formal da Associação dos Magistrados Brasileiros, formou o Ministro Sálvio uma diretoria, sob seu comando, capaz de desafiar a informalidade, movida pela combustão das idéias e a obstinação de realizar aquele sonho. Lançada estava, assim, a semente hoje se tornando realidade: a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, de matiz constitucional e formalmente inserida na estrutura do STJ, o Tribunal da Cidadania.

Por tudo isso, abre-se um espaço nesta solenidade de instalação para, mais do que homenagearmos, reverenciarmos o visionário magistrado, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Sua atuação em visão multidisciplinar desborda o cancelo, recinto onde se firmou como notável julgador e precursor da jurisprudência na área do direito privado e atravessa os portões do Poder Judiciário para também se situar como

jurista legislativo. Coube ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira comandar a reforma do Código de Processo Civil, já defasado pelo tempo.

Com “olhos de lince”, reuniu os melhores magistrados e juristas especializados e interessados no estudo do direito processual civil, e propôs uma reforma tópica, setorial e paulatina como forma viável de se efetivar a atualização do “Código de Buzaid”. Eram os idos de 1994, momento nada fácil de se conseguir aprovação legislativa, pois o Congresso Nacional estava em ebulição, às voltas com uma pauta recheada de projetos provocados por uma ordem jurídica inteiramente nova, inaugurada com a Carta Magna de 1988.

Acompanhei de perto a luta da Comissão de Reforma, concentrada em duas frentes distintas: a elaboração intelectual dos textos de reforma com a discussão entre os componentes da comissão e as incursões junto ao Congresso para aprovação na Casa Legislativa. À frente da comissão, nas duas pontas de atuação, estava o Ministro Sálvio, dialogando, ensinando, explicando, elegendo valores, optando por alternativas, defendendo com serenidade suas convicções. Lutava em nome do interesse público, usando a estratégia que sempre procurou ensinar: “mingau se come pelas bordas”.

O incansável visionário não parou por aí. Profundo conhecedor da alma humana, não ignorava a fogueira das vaidades, corroendo os poderosos; não menosprezava a mediocridade de alguns, nem tripudiava dos ignorantes que, diante da grandeza dos seus projetos, podiam simplesmente sepultá-los.

Os possíveis óbices criados pelos poucos qualificados, a oposição dos mais conservadores e a tenacidade dos mais resistentes em torno das reformas propostas foram enfrentados pelo Ministro Sálvio, conferencista e palestrante. Percorreu o Brasil, proferindo centenas de palestras e conferências, explicando o sentido e o alcance das reformas. Angariou a simpatia e admiração de alunos dos cursos de Direito, dos professores e dos juristas, conquistando a cumplicidade da comunidade jurídica nacional em torno de suas idéias e propostas de mudança.

Enfim, como escreveu o Desembargador Renato Nalini: “Demonstrou, na experiência concreta, o que é estratégia: abertura de veredas de progressão de conhecimento e de ação, por entre os caminhos penumbrosos da complexidade e da incerteza”.

O perfil, até aqui traçado sem exageros, mostra um magistrado realizado, um professor competente e admirado, um jurista influente, de inteligência fulgurante, um visionário bem-sucedido e um jurista homenageado, reverenciado e admirado. Mas o que dizer do homem Sálvio, do esposo de Simone, do pai de Cristina, Vinícius e Úrsula, e do amigo de nós todos ?

O Ministro Sálvio colocou sua vida pessoal em último plano. A família foi furtada de sua convivência, pelo tempo quase integral dedicado às atividades profissionais. Somente a doce compreensão de uma mulher forte, amando-o com profundidade, foi capaz de manter a fortaleza dos laços afetivos com os filhos queridos, em harmônica simbiose mantenedora do equilíbrio familiar do visionário.

O Ministro Sálvio não tinha projetos pessoais. Entregou-se por inteiro ao projeto infindável de fortalecer a magistratura e por ela não poupou sacrifícios, até quando a saúde deu o grito de alerta para lembrá-lo: você é finito!

Hoje inaugura-se, sem a sua presença, a Escola Nacional, pela qual tanto lutou. O Superior Tribunal de Justiça continua em funcionamento pleno, já recomposto de sua ausência, e as reformas do Código de Processo Civil seguem o rumo por ele traçado, mas pelas mãos de outros juristas e visionários. Seus discípulos e seguidores continuam, nas palestras e conferências, aplicando as regras de convivência, simplicidade e humildade, na estratégia ensinada: “comer o mingau pelas bordas”.

O que ficou, ao fim e ao cabo de tanta luta e tanta dedicação? Em primeiro lugar, a realização de um homem que viveu conscientemente para um ideal, como deixou registrado na publicação “O juiz”:

“Mais que navegar, é preciso sonhar. Exercitar os ideais, usar a tecnologia dos novos tempos, aproximar o amanhã. Somente assim teremos a Justiça segura, rápida e menos onerosa que buscamos, recordando que no centro de tudo está o juiz, com a sua grandeza e fraqueza, o homem feito à imagem e semelhança do Criador. Sonhar com o juiz do futuro, como sonhava Charpentier.”

Ficou, também, o ponto luminoso das reformas e, mais de tudo, permanecem aqueles discípulos e seguidores atentos ao seu exemplo e executores de suas lições.

Ao terminar, permitam-me fazer uma proposta: unir o crepúsculo à aurora. O crepúsculo representado pelas lições do Mestre Sálvio e a aurora pela Enfam, comandada pelas mãos seguras dos Ministros Nilson Naves e Humberto Gomes de Barros. Nesta negociação, peço o aval de todos os ministros integrantes da Corte e o testemunho de todos os presentes, porque ambos, crepúsculo e aurora, são faces de um mesmo sol.

Afinal, tudo é possível quando temos a compreensão de o mundo ser plano.